

ISSN 2675-9934

# Boletim de Políticas Públicas

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (EACH/USP)

Nº 30 janeiro/2023

# O I P P

## **Boletim de Políticas Públicas**

Observatório Interdisciplinar  
de Políticas Públicas «Prof. Dr. José  
Renato de Campos Araújo» (OIPP)

### **Conselho editorial**

Agnaldo Valentin  
Alexandre Ribeiro Leichsenring  
André Gal Mountian  
Cristiane Kerches da Silva Leite  
Graziela Serroni Perosa  
José Carlos Vaz  
Ursula Dias Peres  
Valeria Barbosa de Magalhaes  
Vivian Grace Fernández-Dávila Urquidi

### **Editor**

André Gal Mountian

### **Vice-editor**

Agnaldo Valentin

### **Produção e divulgação**

Bianca Santos de Araujo  
Isabella Fernanda Felix  
Leticia Rodrigues Pereira

**Contato**

E-mail: [boletimoipp@gmail.com](mailto:boletimoipp@gmail.com)

Rua Arlindo Bettio, 1000

03828-000

São Paulo/SP



## Sumário

### Pesquisas em Políticas Públicas

**Associação entre programas federais de suplementação e fortificação de alimentos com ferro em relação à ocorrência de internações por anemia ferropriva no Brasil .....6**

*Carolina Thalya da Silva Paulino, Marislei Nishijima, Flavia Mori Sarti*

### Sociedade, Políticas Públicas e Gestão Governamental

**As relações exteriores da Líbia durante o governo de Muammar al-Gaddafi: uma breve introdução (décadas de 1970 e 1980) ..... 15**

*Felipe Antonio Honorato*

**Revisiting the freedom of the press in the brazilian constituents of 1967 and 1988..... 22**

*Giliarde Benavinto Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro  
Nascimento e Gama*

**A gestão do futuro da indústria tecnológica e o sonho de uma Internet pública ..... 28**

*Marcelo Arno Nerling*

# **Pesquisas em Políticas Públicas**

# **Associação entre programas federais de suplementação e fortificação de alimentos com ferro em relação à ocorrência de internações por anemia ferropriva no Brasil**

**Carolina Thalya da Silva Paulino<sup>1</sup>, Marislei Nishijima<sup>2</sup>, Flavia Mori Sarti<sup>3</sup>**

## **1. Introdução**

A anemia ferropriva refere-se ao baixo conteúdo de hemoglobina no sangue como resultado de carência de um ou mais nutrientes essenciais, sendo associada a problemas no consumo alimentar e condições sanitárias ou doenças hereditárias. A anemia ferropriva apresenta maior prevalência em grupos populacionais vulneráveis, como crianças e gestantes (WHO, 2015).

A prevalência de anemia ferropriva entre crianças menores de 5 anos no Brasil situa-se entre 21% e 60% no período entre 2000 e 2010, dependendo da localidade e do estado nutricional das crianças (BRASIL, 2009; 2013). É considerada um problema grave de saúde pública no Brasil, que resulta em perdas irreversíveis de crescimento e cognição no curto prazo, assim como menor produtividade, renda e qualidade de vida no longo prazo

---

1 Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo, Brasil; carolinathalyas@usp.br

2 Instituto de Relações Internacionais - Universidade de São Paulo, Brasil; marislei@usp.br

3 Escola de Artes, Ciências e Humanidades - Universidade de São Paulo, Brasil; flamori@usp.br

(DE BENOIST et al., 2008; FINK et al., 2016; KASSEBAUM et al., 2014; McCOY et al., 2016; STEVENS et al., 2013).

Há necessidade de contínua suplementação nutricional no combate à anemia ferropriva em grupos vulneráveis de baixa renda, dada permanente exposição a fatores de risco (PASRICHA et al., 2013; SACHDEV et al., 2005). No Brasil, programas de suplementação de ferro com diferentes desenhos foram implementados e extintos ao longo de várias décadas; no entanto, há escassez de estudos de avaliação direcionados à tomada de decisão na gestão pública (PAULINO et al., 2021; SALES et al., 2021). Assim, o estudo buscou analisar associação entre aderência dos municípios aos programas federais de combate à anemia ferropriva e índices de morbidade hospitalar por anemia ferropriva entre crianças até 4 anos de idade no Brasil entre 1998 e 2019.

## **2. Políticas públicas de combate à anemia ferropriva no Brasil**

Desde meados da década de 1970, várias políticas públicas com foco na redução da anemia ferropriva têm sido implementadas e posteriormente abandonadas no Brasil (SARTI et al., 2017): desde a criação do Programa de Combate a Carências Nutricionais Específicas, instituído em 1975, à fortificação compulsória de farinhas de trigo e milho em 2004, seguidos pelo Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF) em 2005 e, subsequentemente, o Programa de Suplementação de Micronutrientes (NutriSUS) em 2014.

A suplementação de ferro do PNSF focaliza crianças de 6 a 24 meses, gestantes e mulheres no pós-parto; enquanto a distribui-

ção de micronutrientes em pó para adição à alimentação do NutriSUS focaliza crianças de 6 a 48 meses. A partir dos anos 2000, buscou-se articular programas no contexto das políticas transversais estabelecidas na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), promovendo ações com caráter de prevenção de carências nutricionais (BRASIL, 2015).

### **3. Material e métodos**

A análise de dados em nível municipal avaliou associação da morbidade hospitalar por anemia ferropriva entre crianças até 4 anos de idade no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS), em relação à aderência dos municípios aos programas de combate à anemia por deficiência de ferro de nível federal entre 1998 e 2019.

A base de dados foi composta por informações do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e do Sistema de Micronutrientes do Ministério da Saúde (<https://sisaps.saude.gov.br/micronutrientes/>). Os três programas analisados foram: fortificação de farinhas de trigo e milho (2004-2019); Programa Nacional de Suplementação de Ferro - PNSF (2005-2019); Programa de suplementação de Micronutrientes - NutriSUS (2014-2019).

Os desfechos em saúde do estudo foram: internações hospitalares por 1.000 crianças até 4 anos de idade; dias de permanência por internação; valores por dia de hospitalização e óbitos por 1.000 crianças até 4 anos de idade. Foi aplicado teste de diferença de médias entre municípios nos períodos com ou sem aderência aos programas de combate à anemia ferropriva, utilizando software estatístico Stata versão 17.



#### 4. Resultados

O PNSF e a fortificação de farinhas de trigo e milho apresentaram efeito significativo na redução de hospitalizações por anemia ferropriva entre crianças até 4 anos de idade, enquanto o NutriSUS apresentou efeito significativo na diminuição de hospitalizações e dias de internação. Ademais, municípios considerados de extrema pobreza apresentaram piores indicadores de hospitalização, dias de internação e óbito, embora tivessem menores valores por dia de internação (Tabela 1).

Tabela 1: Teste de diferença de médias para indicadores de morbidade hospitalar por anemia ferropriva entre grupos de municípios, segundo aderência aos programas e classificação do município. Brasil, 1998-2019.

Programa		Hospitalizações	Dias	Óbitos	Valor
<b>Município de extrema pobreza</b>	Não	0,09 *	0,67 *	0,001 *	53,78 *
	Sim	0,10	0,78	0,002	36,55
<b>Fortificação de farinhas</b>	Não	0,12 *	0,70	0,002	19,02 *
	Sim	0,08	0,70	0,001	60,00
<b>PNSF</b>	Não	0,12 *	0,71	0,002	20,01 *
	Sim	0,08	0,70	0,001	62,27
<b>NutriSUS</b>	Não	0,10 *	0,75 *	0,001	45,38 *
	Sim	0,06	0,56	0,002	58,17

(\*) Diferenças estatisticamente significantes ( $p < 0,05$ ).

Nossos resultados sugerem complementaridade dos programas de combate à anemia ferropriva implementados no país, particularmente no caso do PNSF e NutriSUS entre crianças na primeira infância.

## 5. Anemia ferropriva no contexto atual

O Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) apontou redução da prevalência de anemia entre crianças até 5 anos entre 2006 (20,9%) e 2019 (10,1%) no Brasil, representando substancial avanço no combate à anemia ferropriva (UFRJ, 2022). No entanto, há evidências recentes de aprofundamento das desigualdades em desnutrição entre crianças menores de 5 anos no país: crianças indígenas, pretas e pardas apresentam maior taxa de mortalidade por desnutrição em comparação com crianças brancas (REBOUÇAS et al., 2022).

Considerando-se associação entre desnutrição e anemia ferropriva, assim como ocorrência da pandemia, verifica-se prognóstico sombrio para saúde infantil no Brasil. Em termos do cenário político e econômico do país, diversas mudanças negativas ocorreram no contexto das políticas de alimentação e nutrição ao longo dos últimos anos, apontando possibilidade de extinção dos programas avaliados no contexto do presente estudo. Dados disponíveis no Sistema de Micronutrientes do Ministério da Saúde (<https://sisaps.saude.gov.br/micronutrientes/>) indicam ausência de registro de distribuição de suplementos no contexto do PNSF e NutriSUS entre 2020 e 2022.

Em conjunção com aumento de preços dos alimentos e informalidade no mercado de trabalho, a exclusão da obrigatoriedade de acompanhamento das crianças menores de 7 anos em postos de saúde no contexto do Programa Bolsa Família tem gerado um cenário de redução do foco na prevenção de doenças no país. O monitoramento regular da saúde infantil permite diagnóstico precoce e tratamento adequado da saúde das crianças, evitando problemas futuros; assim, é imprescindível restaurar

programas de alimentação e nutrição extintos ao longo do último mandato presidencial (2019-2022), especialmente com vistas à garantia de melhor futuro para as próximas gerações.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. NUTRISUS: GUIA DE EVIDÊNCIAS: ESTRATÉGIA DE FORTIFICAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO INFANTIL COM MICRONUTRIENTES (VITAMINAS E MINERAIS) EM PÓ. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015.

BRASIL. PESQUISA NACIONAL DE DEMOGRAFIA E SAÚDE DA CRIANÇA E DA MULHER (PNDS 2006): DIMENSÕES DO PROCESSO REPRODUTIVO E DA SAÚDE DA CRIANÇA. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009.

BRASIL. PROGRAMA NACIONAL DE SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO: MANUAL DE CONDUTAS GERAIS. BRASÍLIA: MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013.

DE BENOIST, B.; MCLEAN, E.; EGLI, I.; COGSWELL, M. WORLDWIDE PREVALENCE OF ANAEMIA 1993-2005. GENEVA: WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2008.

FINK G. ET AL. SCHOOLING AND WAGE INCOME LOSSES DUE TO EARLY-CHILDHOOD GROWTH FALTERING IN DEVELOPING COUNTRIES: NATIONAL, REGIONAL, AND GLOBAL ESTIMATES. AMERICAN JOURNAL OF CLINICAL NUTRITION. 2016, v. 104, p. 104-112.

KASSEBAUM, N.J. ET AL. A SYSTEMATIC ANALYSIS OF GLOBAL ANEMIA BURDEN FROM 1990 TO 2010. BLOOD. 2014, v. 123, N. 5, P. 615-624.

MCCOY, D.C. ET AL. EARLY CHILDHOOD DEVELOPMENTAL STATUS IN LOW- AND MIDDLE-INCOME COUNTRIES: NATIONAL, REGIONAL, AND GLOBAL PREVALENCE ESTIMATES USING PREDICTIVE MODELING. PLOS MEDICINE. 2016, v. 13, N. 6, A. E1002034.

PASRICHA S.R.; DRAKESMITH, H.; BLACK, J.; HIPGRAVE, D.; BIGGS, B.A. CONTROL OF IRON DEFICIENCY ANEMIA IN LOW- AND MIDDLE-INCOME COUNTRIES. BLOOD. 2013, v. 121, N. 14, P. 2607-2617.

PAULINO, C.T.S.; NISHIJIMA, M.; SARTI, F.M. ASSOCIATION OF IRON SUPPLEMENTATION PROGRAMS WITH IRON-DEFICIENCY ANEMIA OUTCOMES AMONG CHILDREN IN BRAZIL. NUTRIENTS. 2021, v. 13, N. 5, A. 1524.

REBOUÇAS, P. ET AL. ETHNORACIAL INEQUALITIES AND CHILD MORTALITY IN BRAZIL: A NATIONWIDE LONGITUDINAL STUDY OF 19 MILLION NEWBORN BABIES. LANCET GLOBAL HEALTH. 2022, v. 10, A. E1453-62.

SACHDEV, H.; GERA, T.; NESTEL, P. EFFECT OF IRON SUPPLEMENTATION ON MENTAL AND MOTOR DEVELOPMENT IN CHILDREN: SYSTEMATIC REVIEW OF RANDOMISED CONTROLLED TRIALS. PUBLIC HEALTH NUTRITION. 2005, v. 8, N. 2, P. 117-132.

SALES, C.H.; ROGERO, M.M.; SARTI, F.M.; FISBERG, R.M. PREVALENCE AND FACTORS ASSOCIATED WITH IRON DEFICIENCY AND ANEMIA AMONG RESIDENTS OF URBAN AREAS OF SÃO PAULO, BRAZIL. NUTRIENTS. 2021, v. 13, N. 6, A. 1888.

SARTI, F.M.; HADDAD, M.R.; SANTANA, A.B.C. HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL. IN: SARTI, F.M.; TORRES, E.A.F.S. NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA: PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS. BARUERI: MANOLE, 2017, P. 73-115.

STEVENS, G.A. ET AL. GLOBAL, REGIONAL, AND NATIONAL TRENDS IN HAEMOGLOBIN CONCENTRATION AND PREVALENCE OF TOTAL AND SEVERE ANAEMIA IN CHILDREN AND PREGNANT AND NON-PREGNANT WOMEN FOR 1995-2011: A SYSTEMATIC ANALYSIS OF POPULATION-REPRESENTATIVE DATA. LANCET GLOBAL HEALTH. 2013, v. 1, A. E16-25.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ). USO DE SUPLEMENTOS DE MICRONUTRIENTES: CARACTERIZAÇÃO DO USO DE SUPLEMENTOS DE MICRONUTRIENTES ENTRE CRIANÇAS BRASILEIRAS MENORES DE 5 ANOS. RIO DE JANEIRO: UFRJ, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). THE GLOBAL PREVALENCE OF ANAEMIA IN 2011. GENEVA: WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015.

**Sociedade,  
Políticas Públicas e  
Gestão  
Governamental**

# **As relações exteriores da Líbia durante o governo de Muammar al-Gaddafi: uma breve introdução (décadas de 1970 e 1980)**

**Felipe Antonio Honorato<sup>4</sup>**

## **1. Introdução**

A Líbia é uma nação africana localizada no norte do continente. Quarto país mais extenso de África, a partir da década de 1950, chamou a atenção de diversas potências internacionais: é neste período que são descobertas grandes reservas de petróleo no território (GIORDANI; BORGES, 2017); estas reservas se mostram extremamente estratégicas, pois permitem escoar e transportar “[...] o produto [petróleo] sem necessitar do Canal de Suez, contornar o Cabo da Boa Esperança ou atravessar mais de um país neste processo” (GIORDANI; BORGES, 2017, p. 104-105).

## **2. Governo de Muammar al-Gaddafi: nova forma às relações internacionais líbias**

Angela Lano (2019) descreve que, durante a década de 1960, uma série de ideologias surgem e/ou se espalham pelo mundo árabe; além do mais, a traumática derrota árabe na Guerra dos Seis Dias leva “à necessidade de novas identidades políticas e nacionais” (LANO, 2019, p. 150). É neste contexto que se torna popular o nacionalismo árabe no Oriente Médio, que teve como principal expoente o egípcio Gamal Abdul Nasser (GIORDANI; BORGES, 2017). Tal ideologia, que ressoava entre a porção mais

---

<sup>4</sup> GEPHOM / EACH - USP

jovem dos líbios, era antiocidental e defendia a autonomia dos povos árabes (GIORDANI; BORGES, 2017).

Ao mesmo tempo que o nacionalismo árabe e as ideias de Gamal Nasser se espalhavam pela Líbia, o governo do rei Idris, constituído em 1951 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e alinhado aos interesses ocidentais, perdia sua legitimidade até mesmo na Cirenaica, berço da Ordem Sanussi, da qual o soberano fazia parte:

Durante os anos 1960, vários fatos destacaram o baixo nível de legitimidade que o reino possuía na mesma Cirenaica, devido à crescente corrupção, tanto no setor público quanto no privado, causada pela enorme renda de dinheiro derivado do petróleo; o nepotismo e o clientelismo eram muito fortes e a corrupção era generalizada, juntamente com os interesses das grandes qabilas. A exclusão política, a desunião, a ausência de nacionalismo e a parceria com o Ocidente foram percebidas como suspeitas em uma época de luta antiocidental [...] (LANO, 2019, p. 154)

Além disto, a monarquia sofria com críticas por seu fraco apoio à causa árabe no conflito árabe-israelense e pela esparsa distribuição das receitas proveniente do petróleo, apesar do significativo aumento da renda nacional (GIORDANI; BORGES, 2017).

É neste contexto que emerge, como liderança, um jovem militar, filho de humildes beduínos (LANO, 2019) e influenciado pelo nacionalismo árabe (GIORDANI; BORGES, 2017): Muammar al-Gaddafi. Gaddafi, como líder do Conselho do Comando da Revolução (CCR), encabeça um rápido golpe de Estado (dura cerca de 5 horas), promovido em 1 de setembro de 1969, que destituiu Muhammad Idris al-Sanusi do poder sem derramamento



de sangue (LANO, 2019) e funda a República Árabe da Líbia.

Lano (2019, p. 155) explica que:

O Conselho do Comando da Revolução (CCR), liderado por Gaddafi, iniciou imediatamente um processo de libicização e nacionalização de bancos estrangeiros no território, o aumento dos royalties as companhias petrolíferas e dos salários dos trabalhadores líbios na indústria petrolífera da Líbia; o uso do árabe foi introduzido para termos previamente expressos em inglês. Nos quatro anos seguintes, o CCR nacionalizou e transferiu as propriedades e os interesses das nove principais companhias petrolíferas dos EUA para a National Oil Company (NOC), uma entidade controlada pelo Estado líbio (CRICCO e CRESTI, 2011, p. 49-52). As tropas britânicas e americanas estacionadas em el-Adem e Wheelus Field também foram expulsas

O CCR também “comprometeu-se com a busca pela unidade árabe e pela liberação da Palestina” (GIORDANI; BORGES, 2017, p. 105).

Apesar de Muammar al-Gaddafi ter ido diretamente contra os principais interesses ocidentais no território líbio, nacionalizando a cadeia de produção do petróleo e fechando as bases militares britânicas e estadunidenses, seu governo foi rapidamente reconhecido pelos Estados Unidos e pelas principais potências ocidentais. Tudo porque Gaddafi criticava abertamente tanto o comunismo, quanto o capitalismo, o que, em um contexto de Guerra Fria, serviu como garantia ao mundo ocidental de que o país não entraria na esfera de influência soviética - o governo do militar chegou a perseguir e prender comunistas, inclusive

(LANO, 2019). Oficialmente, o país adotava uma orientação “terceiro mundista”, não se alinhando a nenhum dos lados da Guerra Fria. Em termos de política de defesa, Gaddafi conseguiu de fato seguir um não-alinhamento pragmático:

[...] o líder não abdicou da segurança de seu país, recorrendo a outros parceiros, como a França e, principalmente, o Egito, além da URSS. Embora não alinhado a qualquer lado da Guerra Fria, de modo pragmático Gaddafi utilizava os recursos da venda do petróleo para a Europa para comprar tecnologia, sobretudo armamentos e dispositivos militares desses países. Difere-se, assim, do alinhamento mais direto com os EUA praticado pelo Rei Idris. Tal pragmatismo condiz com a busca pelo desenvolvimento nacional líbio, diferentemente dos alinhamentos menos socialmente concebidos da era monárquica (OLIVERI, 2012) (GIORDANI; BORGES, 2017, p. 110)

Em outros campos, no entanto, esta orientação não ficou tão clara, tendo a Líbia pendido para o lado soviético: além de “ter rompido com os Estados Unidos quando do Golpe Militar em 1969”, o país se aproximou da URSS, “a qual forneceu assistência ao país africano por bastante tempo e em diversos setores” (GIORDANI; BORGES, 2017, p. 111).

A unidade árabe foi uma das grandes bandeiras de Muammar al-Gaddafi, ao menos até a década de 1990, quando seu interesse se voltou para a África subsaariana (LANO, 2019). Externalizando a influência do nacionalismo árabe sobre si, o militar promoveu uma aproximação da Líbia com o Egito, tendo sido um claro admirador da figura de Gamal Nasser, chegando, muitas vezes, a mimetizar suas ações (GIORDANI; BORGES, 2017).

Até o fim da década de 1980, o interesse diplomático líbio em África praticamente se resumiu a estratégias para diminuir a influência israelense no continente:

Para combater a influência israelense, o Conselho do Comando Revolucionário estabeleceu relações diplomáticas com os estados africanos, oferecendo-lhes assistência econômica, e depois instando-os a romper relações diplomáticas com Israel. Em meados de 1973, o Mali, o Níger, o Congo e o Burundi cortaram relações diplomáticas com Israel; ao mesmo tempo, a Líbia começou a levantar a questão nas reuniões da Organização da Unidade Africana – OUA: ele pediu aos Estados membros que cortassem os laços com Israel e movessem a sede da OUA da Etiópia para um país “ mais adequado” para alcançar a liberdade e a unidade na África; no início de 1974, a Líbia havia alcançado o objetivo de reduzir a influência israelense na África (LANO, 2019, p. 178-179)

### **3. Rompimento com o ocidente**

O apoio estadunidense ao governo de Gaddafi vai ruir durante os governos de Carter e Reagan - as relações tornaram-se tensas e hostis, tendo os EUA, em 1978, começado a restringir o comércio com a Líbia (LANO, 2019). Em 1981, os estadunidenses cessam a importação de petróleo bruto do país africano, interrompendo também as relações diplomáticas bilaterais, e em 1982 tem início um embargo econômico que reduz, de 1982 a 1986, as remessas de petróleo de 21 bilhões de dólares para cerca de 5,4 bilhões (LANO, 2019).

Vários fatores, de acordo com Angela Lano (2019, p. 181-182), justificam essa guinada: I. “O ativismo internacional de Gaddafi em apoio às lutas de libertação de vários povos, incluindo alguns

na América Latina”; II. o apoio do presidente líbio a “grupos de resistência palestinos tanto na Palestina quanto em outros estados árabes”; III. “a Líbia estava tentando se tornar uma potência nuclear e o fato de Gaddafi ter ocupado parte do Chade, rico em urânio [...]” IV. “o então Secretário de Estado [dos EUA], Alexander Haig, queria tomar medidas contra Gaddafi porque ele havia usado ex-agentes da CIA (Edwin Wilson e Frank E. Terpil) para organizar campos terroristas”; V. Aproximação entre Líbia e União Soviética.

Em 1984, após um episódio em Londres que envolveu a morte de uma policial inglesa, a Grã-Bretanha também interrompeu relações diplomáticas com a Líbia (LANO, 2019). A partir daí, Estados Unidos, França e a Grã-Bretanha iniciam uma cooperação contra a Líbia, o que envolve uma propaganda político-midiática feita por EUA e Grã-Bretanha, fazendo surgir, no ocidente, um sentimento anti-líbio (LANO, 2019).

#### **4. Considerações finais**

Assim que emergiu ao poder, o coronel Gaddafi posicionou a Líbia, no contexto internacional, como um país não-alinhado. Com o tempo, no entanto, o apoio líbio às lutas de libertação e emancipação mundo afora, seu ímpeto nuclear e uma aproximação do país à URSS fizeram com que a boa relação diplomática com o mundo ocidental fosse substituída por embargos econômicos e uma campanha orquestrada, encabeçada por Estados Unidos, Grã-Bretanha e França, criassem um sentimento anti-líbio no Ocidente. Tais ações se iniciaram no fim da década de 1970, e se intensificaram em 1984.

### **Referências bibliográficas**

GIORDANI, Felipe Bressan; BORGES, Gabriela Verdi. A revolução cultural e popular na Líbia de 1973. Revista Perspectiva (Porto Alegre), v. 10, n. 18, p. 100-115, 2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/80169>>. Acesso em: 12 out. 2021.

LANO, Angela. O radicalismo islâmico e as agendas geopolíticas ocidentais: alianças e conflitos no caso da Líbia, da revolta contra Gaddafi aos dias atuais. 2019. Tese (Doutorado em Estudos Étnicos e Africanos) - Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

## Revisiting the freedom of the press in the brazilian constituents of 1967 and 1988

**Giliarde Benavinito Albuquerque Cavalcante Virgulino Ribeiro  
Nascimento e Gama<sup>5</sup>**

### **What is democracy?**

What is democracy? It is with this critical-reflective instigation that this section begins, which has to go through some historic and constitutional moments in Brazil in order to satisfactorily examine the way in which freedom of the press was shown in the 1967 constituent until it reached the political-institutional guise used in neocontemporary days.

It goes back to what was researched at the beginning, to what is considered democracy. So, get to know her under a political scrutiny.

It is true that in democracies the people seem to do what they want; but political freedom does not consist in doing what you want. In a State, that is, in a society where there are laws, freedom can only consist in being able to do what one ought to want and in not being forced to do what one has no right to want. One should keep in mind what independence is and what freedom is. Liberty is the right to do whatever the laws permit; and if a citizen could do what they forbid, he would no longer have freedom, because the others would also have this power. (MONTESQUIEU, 2002, p. 166, emphasis added.)

---

<sup>5</sup> PhD student in Regional Development at the Federal University of Tocantins. Master Teacher at the law school of the State university of Tocantins, Brazil.

It is abstracted from the reading that freedom merges with democracy insofar as the former is a right and the latter a guarantee. See, right, because everyone should be free (adjusted to the law) in a democracy; guarantee, because the democratic structure, in a system of government, covers freedom in such a way that this cannot be dissociated from that under penalty of denaturing the system.

However, in the relationship between freedom and democracy, the law, the laws, all of these functioning as control mechanisms, after all, by giving infinity to human-social institutes or institutions, one may be promoting chaos in societies. Thus, freedom in democracy is governed by laws, by law. And, as the politician and philosopher stated above, if the citizen were allowed to do what the laws do not allow, it would no longer be possible to speak of freedom. Clearly, freedom has limits.

Continuing, it is necessary to reflect on the limits to freedom and the way in which these are placed in society in order to have a sample framework able to better reflect on whether the limits to freedom (read, for the moment, freedom of the press) are legitimate and democratic. In view of this, let us better understand the history of freedom of the press in Brazil under the historical-constitutional scrutiny.

The 1967 Constitution of the Federative Republic of Brazil, granted in clear continuation of the anti-democratic regime that had been installed in 1946. No such changes were seen to further protect/guarantee press freedom (art. 150).

From reading the constitutional text, it is noted that little is innovated, continuing to allow censorship of shows and public entertainment, as well as publications that are contrary to good customs and morals are not tolerated.

Once again in history, it is clearly seen that freedom of the press has been placed in obscure vain or in concepts that are too open (that is, good customs, morals), which generates social insecurity.

Nebulously, the Institutional Act appears, now, that of n. 5, of December 13, 1968 (article 2). Passages of the Act that demonstrate a profound change in the security of the freedoms of Brazilian citizens, marking a regression not seen before in previous constitutions, except that of monarchical times and the concentration of state power in the hands of a single person, in a clear absolutist character (e.g.: Letter Police of 1824).

Overall, freedom of the press was at its worst historical moment, because of the combination of limitations, suspensions, sanctions, etc. capable of being practiced by the head of the Executive Power to concentrate all the powers of the State, no space was made possible for the full freedom of the citizen, much less for the freedom of the press.

Not being little, it is the turn of the Constitutional Amendment n. 1, of 1969, which amended the text of the current Constitution in order to adapt it to the new commandments of the constitutional acts until then inserted at the national level.

Having gone through injurious political, institutional and social crises for Brazilian citizens and freedom of the press, the skies of the Republic began to gain sunshine, and in 1985 Constitutional Amendment n. 26, which convened a new National Constituent Assembly that would re-discuss the national scenario for redemocratization.

It is in this scenario that the Constitution of the Federative Republic of Brazil, of October 5, 1988, appears, bringing to all the most celebrated human postulates, including great protection of freedom of the press.



Henceforth, freedom (of thought, expression, ideology, assembly) becomes free from prohibition or any biased ways to bar it (censorship or license). One sees the rise of freedom of the press as an essential institute for democracy, because, see, public debate is considered important from this moment on (MEYER-PFLUG, 2009).

The passages of Title II (fundamental rights and guarantees), Chapter I (individual and collective rights and duties) and Chapter V (social communication) were reviewed. In these, it is very clear that the 1988 Constitution redemocratized Brazil with its enactment, being full of elementary human and democratic postulates, where human dignity and freedom are found, which legitimize freedom of the press.

There is ample protection given to freedom of the press, with a separate chapter dedicated to the matter, which did not occur in any of the previous constitutions. Said provision of the media in Brazil grants legal, political and social value of extreme value to citizens.

It is necessary to recognize that only thought in an externalized form has value for the Law, as it is subject to understanding and accountability, if it claims acts that are not in line with other democratic values. The terminology “freedom of expression” is a genre for freedom of thought, idea, thought, opinion, conviction, sensation, feeling, intellectual, artistic, scientific and communication activity (SILVA, 2006; BASTOS, 2001; MEYER-PFLUG, 2009).

Democracy affected by this relationship of freedom for all and regulated by law is not compatible with the denial of freedom in any of its species.

The lack of freedom of expression (opinion, information) and freedom of communication (press, radio, film, public opinion)

makes it impossible to develop plurality, preliminary formation of political will, publicity of political life and equal opportunities, the that does not make political life effective and denies the country's free and open development process (HESSE, 1998).

In short, they cover freedom of expression (read, for the moment, freedom of the press), the promotion of personal rationalization; the discovery of the truth when exposing and publicly discussing ideas, a requirement of the democratic regime itself and, finally, is associated with the stability of human life and communities.

The historical-constitutional sample framework related to freedom of the press, which began with the Political Constitution of the Empire of Brazil in 1824 and ended in the Constitution of the Federative Republic of Brazil in 1988, demonstrated how much freedom of the press has suffered throughout history to become reaffirm in the current constitutional order, having relied on governmental acts of different suppressive strains that weakened the press sector. Nowadays, freedom of the press has been firmly guaranteed since 1988, remaining at the forefront of the reconfiguration of national democracy.

### **Referências bibliográficas**

MONTESQUIEU. FROM THE SPIRIT OF THE LAWS . TRANS. JEAN MELVILLE. SÃO PAULO: MARTIN CLARET , 2002.

SILVA, JOSÉ AFONSO DA. POSITIVE CONSTITUTIONAL LAW COURSE . SÃO PAULO: MALHEIROS EDITORES, 2006.

BASTOS, CELSO RIBEIRO; MARTINS, IVES GANDRA. COMMENTS ON THE CONSTITUTION OF BRAZIL . 2ND VOL . 2ND ED. SÃO PAULO: SARAIVA, 2001.

MEYER-PFLUG, SAMANTHA RIBEIRO. FREEDOM OF EXPRESSION AND  
HATE SPEECH . SÃO PAULO: EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS, 2009.  
HESS, KONRAD. ELEMENTS OF CONSTITUTIONAL LAW OF THE  
FEDERAL REPUBLIC OF GERMANY . TRANS. LUIS AFONSO HECK . PORTO  
ALEGRE: SERGIO ANTONIO FABRIS EDITOR, 1998.

## **A gestão do futuro da indústria tecnológica e o sonho de uma Internet pública**

**Marcelo Arno Nerling<sup>6</sup>**

Com o livro “Internet para o Povo”, Ben Tarnoff (2022) nos faz pensar sobre um tipo diferente de internet: para quem ela poderia funcionar e servir?

O futuro da indústria tecnológica é uma conversa que precisamos realmente ter.

Pelo retrovisor da história é possível compreender os momentos-chave para o desenvolvimento da internet. Esta história começa com a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada (ARPANET), a primeira rede pública de computadores, precursora da internet, que entrou em funcionamento em 1969. Depois, em 1976, a Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA) ligou duas redes com o objetivo de “trazer o mainframe (macrocomputador) para o campo de batalha”. Em 1983, a ARPANET mudou para o Transmission Control Protocol/Internet Protocol (TCP/IP), definindo os protocolos de comunicação usados na Internet e várias redes de computadores, fundamentais para a Internet moderna. Em 1986, a National Science Foundation lançou a NSFNET (National Science Foundation Network), uma rede pública nacional, que permitiu que mais pessoas – pesquisadores, em particular – a utilizassem para se comunicar).

---

<sup>6</sup> Professor no Curso de Gestão de Políticas Públicas. Linha de Pesquisa: O direito e a gestão de políticas públicas: inovação e regulação. mnerling@usp.br

Os recursos públicos foram essenciais para estes desenvolvimentos, porque o setor privado não podia abraçar a “ética de código aberto” contra “o impulso comercial de travar os usuários em um sistema proprietário”. O livro *Internet for the People: The Fight for Our Digital Future* (Internet para o Povo: a Luta pelo Nosso Futuro Digital) mostra a dificuldade de identificar o verdadeiro problema com a Internet, quando a monopolização, a vigilância e qualquer outra série de questões são o resultado de uma falha muito mais profunda no sistema. No centro da análise devemos colocar o tema da privatização. Como ela aconteceu e que consequências teve para as infraestruturas e serviços que se tornaram inescapáveis?

Em 1995, a National Science Foundation Network (NSFNET) - espinha dorsal pública da Internet -, foi fechada, e o lado infraestrutural da internet foi cedido a empresas privadas. Para Tarnoff, foi o produto de uma “falsa escolha” ditada pela indústria: “preservação do sistema como uma rede de pesquisa restrita ou para torná-la um meio de massa totalmente privatizado”.

De tal forma, A confiança cega no mercado e ampla agenda de desregulamentação e privatização, com as elites empresariais e políticas querendo que acreditássemos que não havia alternativa, especialmente na década de 1990, pavimentaram com argumentos as decisões. A privatização das fundações da internet deu “mais pilha” na retórica: privatizar era o único caminho para uma internet melhor, mais barata, e com estímulo à inovação. No entanto, o resultado dessa privatização foi algo bem diferente.

Os monopólios tecnológicos modernos – empresas como Facebook, Google, Microsoft e Amazon -, empurram o lado infraestrutural da internet, compram mais dos cabos submarinos que conectam o mundo, construindo “impérios verticalmente

integrados que controlam tanto os tubos quanto às informações dentro deles, eles estão refazendo a internet que foi construída até os anos 90 em uma forma ainda mais privatizada”. (Tarnoff, 2022)

A reorientação da rede mundial para atender às necessidades comerciais destas empresas acima de seus usuários, impede as novas empresas que estão buscando os meios para extrair lucro do que fizemos online. Estabelecer o modelo do shopping online, expandir a infraestrutura da nuvem, transformar o processo de produção de dados em um negócio lucrativo, e empurrar a internet para além da casa ou da mesa para muitos aspectos da sociedade, foi regra.

Os sonhos utópicos libertários dos anos 90, com esses desenvolvimentos, tiveram efeitos terríveis ao proporcionar novos meios de exploração das pessoas marginalizadas, e nova onda de radicalização da direita, e ajudaram a criar um mundo ainda mais desigual. Abordar essas questões exige chegar à raiz do problema: a internet privatizada foi um fracasso! “Uma internet privatizada sempre será a regra de muitos controlados por poucos” (Tarnoff, 2022), uma tendência ligada ao próprio capitalismo.

O conserto da internet requer uma estratégia diferente: a desprivatização. O experimentalismo será fundamental e o futuro que ele prevê é um futuro no qual a tecnologia assume um caráter muito diferente, porque ela muda de algo “que é feito às pessoas, e se torna algo que elas fazem juntas”. Não mais esperar para ver o que as big techs nos entregam. Tecnologia produzida por comunidades e coletivos para necessidades e fins muito diferentes é o que aponta os ventos de mudança. Para isto, a educação digital é fundamental e a Política Nacional de Educação

Digital ganha relevância porque serve como base propedêutica capacitadora capaz de embalar uma nova realidade.

No lado da infraestrutura, preferência pelas redes comunitárias, enfrentando e fazendo oposição aos oligopólios das telecomunicações. Essas redes tendem a prestar melhores serviços a custos mais baixos, e priorizam as necessidades da comunidade sobre a dos acionistas das grandes corporações.

Uma internet desprivatizada exigirá soluções diferentes para diferentes aspectos da rede. Em alguns casos, uma preferência pela descentralização, enquanto em outros casos será necessária uma abordagem regional ou nacional, reforçando a ideia de que pensar sobre um tipo diferente de internet, para quem ela poderia funcionar e servir no futuro da indústria tecnológica, é uma conversa que precisamos ter.

### **Referências Bibliográficas**

TARNOFF, Ben. *Internet For The People - The Fight For Our Digital Future*. Londres: Verso Books, 2022.

\_\_\_\_\_. *The Internet Is Broken. How Do We Fix It?* In: <https://www.nytimes.com/2022/05/27/opinion/technology/what-would-an-egalitarian-internet-actually-look-like.html>

OUTRAS PALAVRAS. O sonho de uma internet pública não acabou - Outras Palavras. <https://outraspalavras.net/tecnologia-emdisputa/sonho-de-uma-internet-publica-nao-acabou/>